

PROGRAMA ESCOLA ABERTA



Ministério
da Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ministro de Estado

FERNANDO HADDAD

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

RICARDO HENRIQUES

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Presidente

DANIEL BALABAN

Diretoria de Assistência a Projetos Especiais

LEOPOLDO ALVES JÚNIOR

Coordenação Nacional do Programa Escola Aberta

NATALIA DUARTE

Autoria

ALCIONE NASCIMENTO TINOCO

GISSELE ALVES SILVA

Organização Editorial

GISSELE ALVES SILVA

RENATO LOBO

TERNA OLIVEIRA

Projeto Gráfico

SILVIA MASSARO

Ilustrações

WILSON JORGE FILHO

2007

Apresentação

A educação é um pilar imprescindível para a transformação da sociedade. Todo projeto de sociedade passa pela educação e para alcançá-lo é necessário reconstruir o quadro educacional secular brasileiro, elevando-a à condição de prioridade na hierarquia das políticas públicas nacionais. Para isso, o binômio *acesso e qualidade* não pode mais ser dissociado, a fim de que, ao se falar em educação pressuponha-se o atributo qualidade.

Nesse contexto, a educação é fundamental para a estratégia de mudança social. Transforma-se em vetor de desenvolvimento e fortalecimento da democracia, assim como de redução permanente da desigualdade cultural, social e econômica. Reassume o seu papel precípua na tarefa de abolir as injustiças históricas e completar a obra de republicanização das instituições, promovendo um Brasil conhecedor de seus direitos, capaz de propor, de se organizar e lutar por sua liberdade.

Ao mesmo tempo, a educação precisa se consolidar como um projeto comum da escola e da comunidade, porque é dessa articulação que surgirão as mudanças que permitirão alcançar, num futuro próximo, essa educação transformadora. Soma-se a isso, o fato de que, em muitas comunidades, a escola é o único equipamento público existente e, portanto, *locus* privilegiado para o exercício da cidadania e o acesso a políticas públicas. O fortalecimento dessa relação contribui para o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola, que deve ser dinâmico e nortear o cotidiano escolar e a organização do trabalho didático-pedagógico, com a participação efetiva de todos os atores.

O *Programa Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a Juventude* se propõe a promover a resignificação da escola como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação, cultura, esporte, lazer para os alunos da educação básica das escolas públicas e suas comunidades nos finais de semana. Sua proposta não se restringe aos indicadores clássicos educacionais nem reduz a educação a um instrumento que serve apenas para ampliar a maturidade intelectual, por meio da aprendizagem de conhecimentos técnicos e acadêmicos. Vai além, propõe a *formação integral*, capaz de desconstruir o muro simbólico entre escola e comunidade e entre educação, cultura, esporte e lazer.

Assim, o *Programa* aposta em uma abordagem metodológica e em estratégias pedagógicas que privilegiem o conhecimento local, o informal, o saber popular e a cultura regional para a superação do ciclo de exclusão em que está presa a educação, colaborando para a reversão do quadro de violência e a construção de espaços de cidadania.

RICARDO HENRIQUES

*Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação*

Introdução - Proposta Pedagógica do Programa Escola Aberta

ALCIONE NASCIMENTO TINOCO

Pedagoga



O projeto de transformação da sociedade rumo a formas de organização e de vida mais democráticas passa pela qualidade do projeto de educação que se apresenta como fundamento para uma nova forma de interação com o outro e com o saber. Por isso, para o alcance da efetividade da ação educativa, necessita-se delimitar os objetivos e princípios pedagógicos que orientam a prática. Assim, apresenta-se aqui a Proposta Pedagógica do “Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude”, ação governamental que se estrutura a partir da abertura do espaço público escolar, aos finais de semana, para apropriação pelas comunidades locais.

A forma por excelência de atuação do Estado na rede de relações sociais é a execução de políticas públicas. Para o alcance da eficácia de tais políticas, é necessário um desenho e formas de implementação que colaborem para o seu

enraizamento nas comunidades–alvos, sustentados pela pertinência para a vida das populações envolvidas. É do encontro entre valores sociais e institucionais que resulta a consolidação de uma democracia substantiva que se traduza pelo cultivo cotidiano do respeito à diversidade, da liberdade, da solidariedade e da cidadania, entre outros valores inscritos na ordem constitucional.

Dessa forma, a Proposta Pedagógica do PROGRAMA ESCOLA ABERTA evidencia a opção política por conceitos como apropriação democrática do espaço público, valorização das culturas locais, celebração das diferenças no âmbito da igualdade perante a lei e socialização do saber como promoção de autonomia e de participação social. Portanto, sua presença em áreas urbanas com um alto índice de risco e vulnerabilidade social ultrapassa a intenção de buscar a simples solução de retirar os jovens das ruas, ocupando-lhes o tempo. Trata-se de movimentar atores políticos, técnicos, públicos e privados, de âmbitos federal, estadual e municipal a fim de solidificar as experiências vividas, de forma a que sejam incorporadas à vida das escolas e promovam transformações culturais profundas no cotidiano das populações envolvidas. Abrir as escolas aos finais de semana para que as comunidades as utilizem como locais de vivência do encontro entre criatividade, lazer e aprendizagem é uma ação aparentemente simples. Entretanto, se orientada pela intencionalidade educativa, pode repercutir

de maneira duradoura e positiva no *ethos* e na visão de mundo das pessoas envolvidas.

É movido por essa certeza e por esses princípios que o PROGRAMA ESCOLA ABERTA ganha legitimidade ao buscar promover e ampliar a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução das violências na comunidade escolar. Para isso, fundamenta-se numa concepção de escola como lócus do encontro entre o conhecimento formal historicamente acumulado e os saberes populares. Consequentemente, o ambiente escolar é visto como espaço privilegiado de convivência entre diferentes e de aprendizagem da ética da cooperação que se contrapõe à da coerção. Apesar de ser o lócus formal prioritário da práxis educativa, a escola não é o único. Assim entendendo, o Programa amplia as experiências de aprendizagem ao trazer para a instituição os saberes e talentos que fluem na vida das comunidades, permeando-os com uma intencionalidade que os situa no processo reflexivo sobre os fins educativos. Dessa forma, a instituição escolar desfaz os muros que a distanciam do cotidiano das pessoas que habitam o seu entorno e que, convidadas a entrar, dão vida ao seu silêncio por meio da alegria cultural e da criatividade. Além disso, a concepção de comunidade escolar se amplia para incluir outros atores: as famílias dos alunos e os moradores locais que, ao estabelecerem

vínculo com o cotidiano da instituição, são estimulados a participar de suas decisões e a colaborar para a qualidade das suas atividades.

O que aqui se apresenta é o pensamento educativo proposto como fundamentação para as ações de um programa governamental que se iniciou em outubro de 2004 e que atualmente inclui 1.561 escolas, em todas as regiões brasileiras. Atuar a partir das pequenas comunidades e ampliar as ações, integrando-as com outras ações educativas complementares de governo, estabelecendo parcerias em todas as instâncias da administração pública: essa é a estratégia de ação do PROGRAMA ESCOLA ABERTA que é executado de forma descentralizada a partir da adesão das escolas participantes e do envolvimento das comunidades. Essas características são coerentes com a idéia de uma sociedade democrática em que a paz se fundamenta na consciência dos deveres e direitos dos cidadãos, bem como na valorização dos diversos estilos identitários. Além disso, produzem a certeza de que se não solucionam por si só os problemas educacionais do país, contribuem para a tessitura de uma rede de relações sociais e políticas voltada para a transformação da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Essa certeza alimenta o ânimo de todos os que colaboram para o sucesso do Programa e as palavras de Paulo Freire quando afirmou que “se a educação não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”.



Proposta Pedagógica

Considerações Iniciais



Este documento propõe-se a clarificar os princípios pedagógicos subjacentes ao **Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude**, criado pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE/Nº 052, DE 25 DE OUTUBRO DE 2004.

A referida resolução leva em consideração “a importância de se ampliar o escopo das atividades da escola para promover a melhoria da qualidade da educação no país, de se promover maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas e a necessidade de redução da violência e da vulnerabilidade socioeconômica nas comunidades escolares”.

Ao lado disso, ressaltem-se o objetivo geral e os objetivos específicos do programa, assim colocados:

➤ Objetivo geral:

- Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz.

➤ Objetivos específicos:

- Promover e ampliar a integração entre escola e comunidade
- Ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania
- Contribuir para a redução das violências na comunidade escolar

Espera-se, portanto, que o programa terá como resultados o fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade escolar, bem como a ampliação das oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania.

É necessário explicitar que a expressão “comunidade escolar” aqui referida tem o sentido atribuído pela literatura educacional; inclui, portanto, diretores, coordenadores, professores, assistentes educacionais, pais, alunos e comunidade onde a escola está inserida. Assim, embora os profissionais da escola não sejam obrigados a participar das atividades que se desenvolvem durante os finais de semana, abre-se a possibilidade de aproximação entre o cotidiano da escola e a vida da comunidade, transformando o espaço físico

da escola em local de convivência e aprendizagem para as famílias que habitam o bairro em que a escola se encontra.

Quanto à expressão “qualidade da educação”, entende-se aqui não como aumento da maturidade intelectual desenvolvida a partir da aprendizagem de conhecimentos específicos – científicos. A qualidade de educação aqui será entendida de forma mais ampla, como formação para a cidadania, encontrando respaldo na literatura científica e legislação.

Uma outra expressão a ser mencionada é “cidadania”, entendida aqui como objetivo geral (legal e teórico) da educação básica e resultado de acesso a diversas políticas públicas – relativas a direitos sociais – que carecem de espaço para sua oportunização. A escola pode tornar-se, assim, espaço para o desenvolvimento de ações sociais comunitárias, de realização de atividades que valorizem a cultura local e atendam a necessidades da comunidade.

Também se faz necessário esclarecer que a utilização do plural para a palavra “violência” refere-se ao fato de que o programa não tem a pretensão de obter a redução da violência urbana em sentido amplo mas, sim, resultados no que se refere a algumas violências ocorridas no ambiente em que as atividades são desenvolvidas: depredação da escola,

furto, violência física e verbal, além de outras. O programa pode contribuir para a ressignificação da escola pela comunidade e para a construção do pertencimento por alguns alunos, mais especificamente, para grupos de alunos diretamente ligados a fenômenos de violência escolar como reação ao fracasso na aprendizagem e à violência simbólica exercida pela escola.

Definiram-se, para a consecução dos objetivos, os tipos de oficinas abaixo explicitados em linhas gerais:

1. Oficinas planejadas a partir da pesquisa que o coordenador escolar realizará na comunidade, identificando os interesses e necessidades dos moradores. As oficinas podem ser de diversas áreas como cultura/artes, esporte e lazer, comunicação, saúde, informática, trabalho e outras (reforço escolar, idiomas, conteúdos variados).

2. Oficinas fomentadas pelo MEC, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural nacional, o enfrentamento da discriminação e do preconceito, o desenvolvimento da cidadania e do protagonismo juvenil. Serão realizadas, entre outras e sempre que possível, oficinas de direitos humanos e cidadania, diversidade e leitura.

Dessa forma, o **Programa Escola Aberta** busca contribuir para a construção da cidadania consciente, responsável e participante, favorecendo a inclusão sociocultural (particularmente do jovem estudante da educação básica das escolas públicas), a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica e, por extensão, a promoção da paz e da melhoria da qualidade de vida da população. Pretende, ainda, transformar a escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos jovens e suas comunidades, promovendo maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas, além de contribuir para a complementação de renda das famílias.



Aspectos pedagógicos

Inicialmente abordados os objetivos do programa e os conceitos neles registrados, o documento prossegue buscando explicitar os eixos estruturantes e os princípios da linha pedagógica do **Programa Escola Aberta**. Essa explicitação considera que as oficinas são, mais que momentos de apropriação de saberes, oportunidades para educar, para promover reflexões sobre valores importantes para a convivência tão perpassada por diferenças nem sempre bem administradas pelos grupos sociais.

Definir a proposta pedagógica e os eixos estruturantes do **Programa Escola Aberta** implica refletir sobre os objetivos e a intencionalidade político-pedagógica da ação educativa social proposta. Não fazê-lo pode significar a permanência no âmbito do pensamento espontâneo e do saber fazer desprovido de reflexão, impedindo a articulação da prática com a teoria que lhe garante o sentido.

O programa busca contribuir para a formação da cidadania e a paz social, mediante a inclusão e a formação profissional inicial dos jovens e de outras pessoas moradoras das comunidades em situação de vulnerabilidade. Embora não garanta a colocação no mercado de trabalho, o desenvolvimento de uma habilidade contribui para a construção de uma imagem positiva de si e aumenta as chances de obtenção de um complemento da renda familiar. Perceber-se como cidadão detentor de valor, capaz de contribuir para a sociedade, de apropriar-se de um saber profissional e de prover o próprio sustento, promove o desenvolvimento da auto-estima dos indivíduos, oferecendo alternativas à delinquência e à transgressão das normas de uma sociedade da qual se sentem excluídos.

Ao lado disso, a proposta permite que seja feito um aporte da tese da “desescolarização” da sociedade, no sentido de se valorizar os saberes da comunidade e o reconhecimento de

que a aprendizagem ocorre freqüentemente nas trocas sociais, de maneira informal, assistemática, no tempo de lazer que é o tempo propício à criatividade. Estão implícitas a denúncia da burocratização das relações sociais e das deficiências da escola e a busca de superar-se a concepção segundo a qual só a escola ensina, só o que se aprende na escola (de maneira formal) é válido para a vida. Ivan Illich (1973) afirmou que a educação só seria democrática se realizada fora da escola, por meio da disponibilização a todas as pessoas, de espaços como bibliotecas, laboratórios, jardins botânicos bem como de máquinas, computadores, entre outros recursos. Além disso, o autor propunha o fim daquilo que ele denominou monopólio profissional, garantindo a qualquer pessoa o direito de ensinar ou exercer o talento conforme a necessidade da sociedade. Preconizou a substituição da escola por “redes espontâneas de ensinar-e-aprender” e apresentou um convite a “que desapareçam o professor perito, a avaliação, a diretividade, o diploma, a presença obrigatória, os pré-requisitos de entrada, os programas pré-estabelecidos...”. Conforme Libâneo (1985), seguindo a linha dessa proposta, no Brasil, na década de 80, o escritor Miguel Arroyo Gonzales criticou o esforço para escolarizar os trabalhadores, dizendo que a mensagem implícita era “não há salvação fora da escola”.

Entretanto, a tese da desescolarização carece de uma análise mais profunda da função da escola na vida das classes

populares. Para Gramsci apud Mochcovitch (1988), intelectual e ativista político italiano, o ser humano necessita da educação para ser livre; essa libertação (intelectual, moral e social) significa a superação da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e se efetiva a partir do acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados e da formação do indivíduo como sujeito de seu próprio destino histórico. A escola, então, é o local em que devem se articular o saber e o fazer, a produção intelectual e o saber advindo do ambiente social; lugar, portanto, em que se questiona criticamente os modos de pensar, agir, sentir e atuar.

Gramsci considerou que a cultura de massa é ambivalente, apresentando-se, a um só tempo, como elo saudável entre as pessoas e risco de visão fragmentada de mundo. Embora reconheça que a função pedagógica não é exercida apenas pela escola, mas também pela família, pelas instituições culturais, por associações diversas e pela mídia, o filósofo italiano considerou que o sentido pedagógico se faz mais evidente na escola e que esta deve ser contextualizada à dinamicidade econômica, social, cultural e histórica da sociedade. A escola é, portanto, a um só tempo, lugar de ensino e difusão do conhecimento, instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado e meio educativo de socialização no mundo social adulto.

Não se pretende, com a apresentação desses argumentos, afirmar que o **Programa Escola Aberta** tenha cunho eminentemente pedagógico, que interfira diretamente no processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas aulas regulares das escolas públicas, uma vez que as oficinas são realizadas nos finais de semana, os coordenadores escolares são pessoas ligadas à comunidade, os participantes das oficinas nem sempre são alunos da escola e que os chamados “oficineiros” não são, obrigatoriamente, professores. Entretanto, o programa contribui para uma ressignificação do espaço escolar e para o enriquecimento da concepção de escola elaborada pelos sujeitos envolvidos quando abre suas portas à comunidade no final de semana para atividades que não sejam necessariamente vinculadas às disciplinas, possibilitando aos professores e alunos vivenciar o ambiente escolar de uma forma mais livre das imposições curriculares e valorizando as características culturais e as demandas da comunidade. A escola tem a oportunidade de atualizar, assim, a sua potencialidade como lugar da alegria cultural, como propunha George Snyders (1988): a alegria que resulta do contato com as realidades da sociedade, do ser humano e do universo, da construção da solidariedade por meio do acesso à cultura elaborada em sua relação dialética com a cultura de massa. Assim, a proposta do programa não prescinde do espaço em que se dá a instrução institucionalizada que estimula o desenvolvimento a partir da construção coletiva do conhecimento, mediada pelos

instrumentos resultantes da história humana. Reconhece, entretanto, o valor das trocas sociais para a construção do conhecimento, o que precede e extrapola as paredes escolares.

A partir da leitura de Vygotsky (1984) depreende-se que o patrimônio material e simbólico da humanidade consiste no conjunto de valores, conhecimentos, sistemas de representação, construtos materiais, técnicas, formas de pensar e de se comportar que a humanidade construiu ao longo de sua história. Nesse sentido, a proposta do **Programa Escola Aberta** de valorizar os talentos locais das comunidades envolvidas, trazendo-os para o espaço escolar e disponibilizando-os para os moradores do lugar, expressa respeito pela heterogeneidade, pela diversidade presente em qualquer grupo humano, amalgamando diversas histórias pessoais, diferentes níveis de conhecimento, experiências profissionais e valores.

Um outro aspecto do programa é a relação com a questão dos direitos humanos. Longe de ter a pretensão de solucionar problemas estruturais do país, busca-se contribuir para que as pessoas envolvidas nas ações do programa percebam-se como sujeito de direitos, requisito do exercício da cidadania. Pressupõe-se que a apropriação do espaço escolar pela comunidade e a abordagem de temas variados, relacionados à realidade concreta do cotidiano, promovam uma postura de

valorização da própria identidade, de defesa dos direitos conferidos pela ordem jurídica vigente e do desejo de participação na busca de criação de novos mecanismos que contemplem direitos ainda não considerados. A escola, espaço sociopolítico, é o ambiente adequado para a transformação da convivência em prática de direitos, onde cada um se valorize e respeite o outro.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos preconiza, em seu artigo XXVI, que “A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.” Além disso, no artigo XXVII, afirma que “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”. As atividades do **Programa Escola Aberta** estão em consonância com esses ideais, uma vez que acolhem as expressões da comunidade, estimulando a convivência pacífica, a aceitação do outro com suas características, além de promover a socialização do conhecimento e dos valores culturais.

A partir do acima exposto, há a percepção de grandes temas que, dado o seu caráter transversal em relação às áreas de atuação do programa, constituem a proposta dos seguintes eixos estruturantes:

- Educação
- Cidadania
- Inclusão social

Assim, a proposta que aqui se apresenta é fundamentada nas seguintes considerações:



Educação

O programa tem como aspectos preponderantes questões sociais. Entretanto, e até mesmo por isso, a intencionalidade educativa necessariamente está presente na proposta, pois não se concebe como ação suficiente apenas retirar os jovens das ruas e oferecer-lhes atividades variadas sem relacioná-las ao contexto sociopolítico e econômico em que eles se encontram e às situações concretas das experiências que eles vivenciam e sem promover uma reflexão sobre os valores que adotam. Reduzir a educação à escolarização corresponde a ignorar que ela está presente nas expressões culturais e sociais dos grupos humanos.

As oficinas realizadas nas escolas podem pertencer a áreas diversas como cultura, artes, esporte, lazer, saúde, comunicação, informática, entre outras. Além disso, podem ter objetivos de formar para o trabalho, recrear e entreter,

informar e ensinar. É inegável que ocupar os jovens com tais atividades, evitando o ócio mal empregado, colabora para a redução da delinqüência juvenil. Entretanto, realizá-las como meras atividades para preenchimento de tempo dos jovens é perder uma grande oportunidade: a de intervir de maneira concreta na qualidade das reflexões e interações sociais das comunidades envolvidas, por meio da transformação dos hábitos de convivência.

Educar é uma ação muito mais abrangente do que ensinar, do que transmitir conhecimentos; envolve reflexão sobre os valores implícitos no conhecimento construído e nas atitudes adotadas. Conforme a LDB, Art. 1º, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Portanto, o **Programa Escola Aberta**, ao permitir à comunidade o acesso às dependências escolares para a realização de variadas atividades, busca aproximar as instâncias formadoras dos jovens, contribuindo para a construção de vínculos que venham a se traduzir em participação na vida escolar diária, para além dos finais de semana.

Para a consecução dessa proposta, faz-se necessária a definição de princípios educativos norteadores da escolha das

oficinas e da abordagem dos seus conteúdos. Assim, as oficinas serão, ao mesmo tempo, momentos propícios ao desenvolvimento de habilidades e oportunidades para reflexão, à luz da ética, sobre a diversidade de valores e comportamentos presentes nos grupos humanos.

Aqui é oportuno lembrar que o MEC já propôs a discussão dos temas transversais, todos de cunho ético-moral-valorativo. A proposta pedagógica aqui colocada elege, dentre os temas, alguns princípios cujo sentido estão mais vinculados às características do programa.

Não se trata de impor às escolas e comunidades a definição das oficinas; elas devem ser fruto das necessidades e interesses das comunidades, com exceção daquelas oferecidas pelas equipes das secretarias de educação. Também não se espera que os oficinairos tenham, necessariamente, uma postura de profissionais da educação; entretanto, como agentes formadores, orientados pelos coordenadores escolares e temáticos, eles podem incluir os temas transversais em suas abordagens sempre que as características específicas das oficinas permitirem. Além disso, é vital que coordenadores escolares e oficinairos, ao definirem as oficinas, planejem a ação de forma a contemplar a intencionalidade educativa.

Dessa forma, se a comunidade solicita, por exemplo,

oficina de uma dança regional cuja sensualidade seja flagrante, pode-se aproveitar o momento para abordar temas como sexualidade, respeito a si e ao outro, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Estará contemplado, assim, o aspecto educativo presente em todas as atividades do programa.



Cidadania

Numa sociedade de classes, falar em cultura da paz só faz sentido quando se assume que a violência tem origem na desigualdade social decorrente da má distribuição de renda, que submete a classe popular à marginalização, à exclusão. Assim, o programa, que se pretende transformar em política pública, deve ter como norte a promoção da cidadania.

A instituição-escola, ao invés de funcionar como instrumento reprodutor da realidade em que predominam os interesses hegemônicos como verdades universais e absolutas, precisa oferecer espaço para a reflexão crítica e a criatividade, a fim de contribuir para a construção e a reconstrução da realidade por meio da redistribuição: das riquezas, dos saberes historicamente construídos e, conseqüentemente, dos acessos.

Nesse espaço privilegiado que é a escola, por meio das ações desenvolvidas, nos moldes de oficinas, nas diversas áreas do conhecimento, o programa busca possibilitar o debate e o diálogo que são os caminhos que levam à consciência crítica, ética, política, de identidade coletiva e individual, centrando o trabalho no processo de conquista e organização da cidadania.

As oficinas de esporte, por exemplo, são mais do que trabalhar regras e técnicas desportivas, habilidades físicas e lazer. Configuram-se espaços de discussão quanto à postura ética, ao senso de equipe, ao respeito ao adversário e demais temas afins.

Dessa mesma forma, as oficinas de formação inicial para o trabalho, também são mais do que circunstâncias adequadas à aprendizagem e ao aprimoramento de um ofício, tornando-se oportunidades de reflexão a respeito das relações sociais e de âmbito profissional, dos direitos e deveres legalmente instituídos, das perspectivas profissionais e inúmeras outras questões.

Ainda, a título exemplificativo, as oficinas culturais das mais diversas linguagens (teatro, dança, pintura) são mais do que acesso a determinada expressão, são possibilidades de estabelecimento de relação dialógica entre o erudito e o popular; mais ainda, de desmistificação do erudito e universal e de resgate e valorização do popular e local.

Também são dignas de menção as oficinas de leitura, ao estimular e consolidar o hábito da leitura a partir do letramento de jovens e adultos, bem como as de direitos humanos e cidadania, ao propor a reflexão e a vivência da cultura da paz, da mediação de conflitos, da mobilização social e do fortalecimento da capacidade de organização das juventudes.

O exercício de cidadania proposto pelo **Programa Escola Aberta** passa, então, pela democratização do espaço público que é a escola, pela relação de pertencimento que se estabelece entre a comunidade e a instituição, estimulando a participação na escolha de novas oficinas, bem como pela ressignificação do espaço escolar que possibilita o encontro entre o saber formal e o informal e passa a abrigar diversas formas de expressão e de convivência.



Inclusão social

O conceito de inclusão social relaciona-se ao acesso de todos aos benefícios que a sociedade puder oferecer. Baseia-se no respeito às diferenças, no exercício da cidadania e na dignidade humana. Portanto, refere-se a questões como igualdade de acesso a bens, tecnologias, informações e serviços existentes na sociedade, bem como valorização das expressões

culturais das comunidades, liberdade de credo religioso, respeito à diversidade de etnia, gênero e orientação sexual. É a partir do princípio do respeito à diversidade que se firma o conceito de inclusão social.

Ainda há no Brasil um grande número de pessoas sem acesso à educação escolar. Além disso, ainda não é universalizado, em nosso país, o acesso aos espaços sociais nos quais se socializa e se cria o conhecimento.

O **Programa Escola Aberta**, consciente de que o sistema educacional brasileiro reflete as desigualdades sociais, propõe que a escola seja o lócus de conjunção das diferenças presentes nas comunidades, buscando atender os grupos sociais conforme seus interesses e necessidades e, ainda, possibilitar o desenvolvimento de habilidades profissionais, com vistas a contribuir para uma futura geração de renda e à superação das limitações sociais impostas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para isso, valoriza os talentos de pessoas da comunidade que colaboram como oficinairos, estimula a participação da comunidade nas atividades realizadas nos finais de semana e mantém aberta a possibilidade de que professores regulares da escola participem das oficinas, vivenciando a informalidade educativa que se pretende seja propícia à criatividade, à alegria, à expressão cultural dos jovens participantes e à socialização em momentos de lazer e esporte.

As oficinas se constituem, então, espaços de inclusão dos interesses, necessidades e linguagens das juventudes, bem como de acolhimento às diversas formas de expressão cultural, momentos propícios ao exercício de democracia, por meio da aprendizagem de como administrar as diferenças nas relações interpessoais e oportunidades para o exercício da solidariedade do respeito aos limites entre os próprios direitos e os alheios.

Vinculados estreitamente a esses eixos e a partir da proposta de transversalidade, propõem-se os seguintes princípios a serem observados no planejamento das oficinas e nas abordagens dos seus conteúdos:

- Solidariedade (ética da cooperação)
- Respeito à diversidade: cultural, étnica, lingüística, religiosa, de orientação sexual, de classe social
- O trabalho como meio de transformação do homem e da sociedade
- Preservação do meio ambiente (patrimônio natural e construído)
- Autonomia
- O lazer como direito social e como tempo e espaço de organização

A abordagem transversal dos princípios sugeridos pressupõe que é possível estabelecer uma relação entre as

questões da vida real e os conhecimentos específicos sistematizados, pois os temas transversais trazem para a aprendizagem um sentido social ao tratar da relação com os outros indivíduos. Além disso, trazem a vantagem de não requerer dos oficinairos que interrompam as oficinas para a sua abordagem, pois ao se tratar, por exemplo, das técnicas de panificação ou de uma coreografia é possível dialogar sobre cooperação, respeito, ética, entre outras questões.

Não se trata de impor aos participantes das oficinas valores escolhidos por aqueles que planejam as atividades, mas de promover uma discussão e estimular a escolha pessoal fundada em reflexão sobre as opções de comportamento, enfrentando a discriminação e o preconceito.

Os princípios sugeridos estão abaixo explicitados em sua pertinência às características e objetivos do programa:



Autonomia

A questão da autonomia do ser humano não pode ser entendida sem que se considere o contexto sócio-cultural em que ele vive, o que impõe limitações à sua livre ação, condicionando-a às circunstâncias históricas, religiosas, culturais e econômicas. Existe, entretanto, uma margem de

atuação em que o ser humano faz uso da vontade, da consciência e da intenção.

Nesse sentido, o indivíduo é capaz de reinterpretar a sua cultura, de recriá-la com base em um raciocínio comparativo entre a sua e as demais culturas existentes. Além disso, apesar de ser social, o indivíduo tem a sua trajetória particular de vida ao longo da qual desenvolve os processos psicológicos que lhe possibilitam construir significados e utilizar os dados da sua cultura como instrumentos para pensar o mundo e nele agir.

Dessa forma, a autonomia, que pode ser intelectual e moral, manifesta-se, por exemplo, quando o indivíduo é capaz de refletir de forma madura sobre uma questão e agir de maneira contrária às tradições da sua sociedade.

Esse amadurecimento é estimulado por uma educação que não se fundamente em relações autoritárias, mas que, ao contrário, permita a livre discussão de pontos de vista, a expressão da discordância, para que o indivíduo possa reestruturar seu sistema por meio do contato com a diversidade de informações encontradas em seu meio social e físico.

O **Programa Escola Aberta** colabora para a construção dessa autonomia ao estimular que a escola seja lugar de

confluência das expressões culturais da comunidade, ao promover nesse espaço a discussão sobre temas da atualidade pertinentes à vida da comunidade e ao possibilitar a convivência em atividades de lazer e esporte. Além disso, as oficinas de formação inicial, qualificando os participantes para o exercício de um trabalho, apesar de não resolverem os problemas estruturais da sociedade relacionados ao desemprego, contribuem para a construção de um sentimento de auto-estima pela possibilidade de desempenho de uma atividade profissional.



Solidariedade (ética da cooperação)

A questão da solidariedade passa pela adoção de uma forma cooperativa de convivência e deriva da autonomia. O indivíduo autônomo é aquele capaz de conviver com diferentes pontos de vista existentes na sociedade e, mesmo assim, situar-se de maneira consciente e independente nesse contexto, agindo de maneira a colaborar para o bem comum. Para compreender esse conceito é necessário que se esclareça a diferença daquilo que a teoria piagetiana denomina relação de coação e relação de cooperação.

Para estimular relações de cooperação é necessário que a educação se fundamente no cultivo do respeito mútuo, na

liberdade de expressão de pontos de vista, na construção coletiva das regras e na escolha racional das próprias ações. Dessa forma contribui-se para a formação de cidadãos que não se restrinjam a obedecer às regras e agir como a maioria, sem refletir criticamente sobre os próprios valores e atos e sobre os do seu ambiente social, mas que se posicionem de maneira responsável frente às situações que desafiam sua capacidade de decisão.

A ética da solidariedade enfatiza o caráter comunitário e coletivo do processo educacional. A abertura das escolas aos finais de semana para receber pessoas da comunidade que irão participar de diversas atividades constitui-se, por si só, um exercício de democracia, de acolhimento das diferenças. Um ambiente organizado nessas bases propicia aos jovens e demais participantes das oficinas a oportunidade de dizerem o que pensam sobre questões relacionadas ao seu cotidiano e de receberem com flexibilidade as observações do grupo. Isso só é possível se ele sentir que é valorizado e respeitado como indivíduo, que a escola que se abre para recebê-lo é o local em que a cooperação e o diálogo são utilizados como instrumentos da democracia.



O trabalho como meio de transformação do homem e da sociedade

Ter um trabalho tornou-se, na sociedade moderna, fonte de auto-estima, desenvolvimento ético, cognitivo e de socialização do indivíduo. A ausência de emprego e a impossibilidade de manter a si e a própria família podem gerar um sentimento de desvalorização que afeta negativamente a maneira como os indivíduos vêem a si mesmos e aqueles com os quais convivem.

No atual contexto nacional, como reflexo do cenário de mundo industrialmente desenvolvido e globalizado, não há trabalho para todos, o que exclui um enorme número de famílias do acesso à maioria dos bens e serviços existentes na sociedade. Muitos daqueles que encontram trabalho são de tal forma mal remunerados que permanecem em situação bem próxima à daqueles que experimentam o desemprego. Os jovens filhos das famílias das classes populares, sem acesso ao mínimo para uma vida digna, muitas vezes adotam comportamentos violentos como forma de resposta à agressão de que se sentem alvo.

O **Programa Escola Aberta**, sem a pretensão de resolver o problema do desemprego que se origina de problemas econômicos estruturais da nossa sociedade, busca contribuir

para o fortalecimento da auto-estima dos moradores das comunidades em que se encontram as escolas participantes, oferecendo, por meio de cursos de formação inicial, a oportunidade de aprendizagem de um trabalho. Essa possibilidade significa, para muitas pessoas, uma forma de complementar a renda familiar e de sentir-se capaz de melhorar a própria situação de vida. Assim, as pessoas da comunidade têm a oportunidade de aprender uma atividade profissional com outros moradores locais que disponibilizam suas habilidades, o que favorece também a aproximação entre pessoas interessadas em uma mesma atividade para a criação de grupos de trabalho.

Conclui-se que a comunidade será beneficiada pelos seguintes resultados: melhora da auto-estima de indivíduos que antes se sentiam sem valor profissional, oferta de mais serviços, além da redução do tempo livre investido em atitudes prejudiciais ao patrimônio e ao bem-estar coletivo.



**Respeito à diversidade:
cultural, étnica, lingüística, religiosa,
de orientação sexual, de classe social**

Uma educação que se fundamente em ideais democráticos deve oferecer possibilidade de convergência das diferenças,

criando um ambiente em que a tolerância e o diálogo estejam presentes ao lado do respeito à expressão das diferenças de identidade. A compreensão de tais diferenças como resultados de uma construção histórica que se dá nas relações sociais e políticas e de padrões culturais instituídos pelos grupos humanos como argumento para dominação do outro, permite a convivência com outro a partir de uma atitude mais inclusiva.

A escola é um espaço de convivência dos diferentes e, por isso mesmo, propícia à abordagem das questões motivadoras de conflitos. Nesse sentido, o **Programa Escola Aberta**, ao oferecer oficinas variadas para as pessoas da comunidade independentemente da faixa etária, abriga uma gama de heterogeneidade que não pode ser ignorada e que deve ser transformada em vantagem para a coletividade.

O que aqui se propõe não é transformar uma oficina de corte de cabelo, por exemplo, em momento de discussão sobre o respeito à diversidade, perdendo-se o foco no objetivo da atividade. Entretanto, é possível chamar a atenção dos participantes para a necessidade de respeito à diversidade de orientação sexual caso um homossexual deseje participar e a turma se comporte de forma discriminatória.

As atividades do programa, portanto, são ricas de oportunidades para que se reflita sobre a qualidade da relação

que cada um estabelece com o outro. Dessa forma a comunidade pode ser beneficiada pela aprendizagem de formas mais pacíficas, mais democráticas e inclusivas de convivência, a partir do rompimento com preconceitos e da reflexão sobre os valores adotados como padrões.



Preservação do meio ambiente (patrimônio natural e construído)

O conceito de meio ambiente, durante muito tempo, esteve relacionado apenas ao que se convencionou chamar meio “natural”, ou seja, aos animais, plantas, mares e florestas, entre outros. Atualmente já se compreende que as áreas urbanas e os seres humanos também são integrantes do meio ambiente.

A concepção dicotômica entre ser humano e meio ambiente produz uma atitude de exploração dos recursos naturais com vistas à promoção do que se convencionou denominar desenvolvimento. Os modelos científico e econômico preponderantes preconizam a dominação da natureza pelo homem e, ao longo da história, sedimentaram uma visão antropocêntrica da educação, ou seja, a idéia de que o homem deve dominar a natureza para libertar a si mesmo e para aprimorar a ciência e a técnica úteis à sua sobrevivência.

Nesse cenário, o ser humano é considerado o centro de tudo e todas as outras formas de vida existem em função dele, para possibilitar o aprimoramento da técnica e da ciência úteis à sua sobrevivência.

Conforme o economista Henri Acselrad (2000), “a degradação do meio ambiente é, via de regra, um processo de destruição de modos de vida e do direito à diversidade cultural de relacionamento das comunidades com a natureza”. Essa degradação resulta da exploração indiscriminada dos recursos decorrente do desenvolvimento industrial, mas também da ação violenta de indivíduos contra o patrimônio público natural e construído. Essa ação resulta, muitas vezes, do sentimento de estar excluído do acesso aos benefícios sociais.

A questão ambiental refere-se à maneira como se dá a relação entre a sociedade e a natureza em seu sentido mais amplo, o que inclui a relação entre os seres humanos.

Uma ação educativa com foco na preservação ambiental é aquela que busca, mais que promover o uso racional dos recursos naturais, promover uma mudança de valores, uma visão mais solidária de mundo fundada numa forma responsável de interagir com todas as formas de vida existente a partir do reconhecimento da interdependência que há entre elas. Como

conseqüência, deixa-se de educar para a competitividade a partir da percepção de que todos somos frutos da natureza sobre a qual erigimos a sociedade e que abandonamos como recurso já explorado que deve se reconstituir sozinho, depois de conquistarmos o conforto da tecnologia que facilita nossos processos de comunicação e nossa sobrevivência. Nesse modo de pensar a relação com o meio ambiente, promove-se a leitura crítica do contexto social que nos incentiva ao consumo abundante e inseqüente, ao invés de nos estimular ao cultivo de atitudes de reutilização, restauração e reciclagem dos bens que criamos a partir dos recursos naturais.

Assim, o sentido da adoção desse princípio pelo **Programa Escola Aberta** reside nos seguintes aspectos:

1. A proposta do programa estabelece uma relação de pertencimento entre escola e comunidade, o que estimula uma atitude de cuidado em relação ao patrimônio coletivo que é o espaço físico da escola, reduzindo as atitudes de depredação.
2. As oficinas de formação inicial para o trabalho são excelentes oportunidades de discussão sobre como a ação profissional consciente pode evitar danos ao patrimônio natural e ao construído, colaborando para a preservação da qualidade de vida, uma vez que as condições do ambiente influenciam as condições de trabalho dos grupos humanos.

3. As demais oficinas também oferecem oportunidade para uma tomada de consciência da forma como se dá o relacionamento das pessoas entre si e com o ambiente.



O lazer como direito social e como tempo e espaço de organização

As reflexões acerca da temática do lazer têm marcas pretéritas gravadas nas preocupações de antigos filósofos sociais. Entretanto, o período da chamada “sociedade industrial” é demarcador do peso que o lazer passou a exercer sobre os estudos no âmbito das ciências sociais no século XIX.

Clássicos como O Direito à Preguiça (1880), de autoria do socialista Lafargue, revelavam o evidente protagonismo da Europa nas discussões sobre o lazer, em virtude das péssimas condições do trabalho industrial às quais eram submetidos os trabalhadores.

No século XX a temática ganha musculatura e, segundo Marcellino (2002), o lazer passa a ser objeto de estudo sistemático nas modernas sociedades urbano-industriais européias, quer capitalistas, quer socialistas.

O Brasil tem história recente na consolidação de estudos

de natureza acadêmica com forte influência da escola européia. A década de 1980 foi fundante nesse processo.

É possível creditarmos, também, aos efeitos da organização do movimento operário brasileiro, na luta por melhores condições de trabalho e pela diminuição da jornada de trabalho, um elemento de instigação de estudiosos e pensadores no campo das ciências humanas para entenderem o tempo disponível como um potente objeto de estudo.

A materialização desse processo pode ser identificada na legislação brasileira. Nossa Constituição de 1988 trata, em seus artigos 6º (caput) e 217º (parágrafo 33º) o lazer como direito social e como forma de promoção social, respectivamente. Outros exemplos da legislação brasileira reforçam esse evidente avanço: o Estatuto da Criança e Adolescente (1990), o Estatuto do Idoso (2003), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (1999) e o Estatuto da Cidade (2001) todos fazendo referências ao lazer como direito do cidadão e dever do estado.

O **Programa Escola Aberta** fomenta esse direito em suas oficinas, nas mais variadas áreas uma vez que estimula as comunidades a repensarem: suas práticas culturais e a utilização de seu tempo disponível de forma criativa e autônoma.

Por intermédio do **Programa Escola Aberta**, as crianças,

os jovens, os adultos e os idosos, em suas comunidades, têm possibilidades concretas e inovadoras de serem protagonistas na ocupação de seu tempo disponível do trabalho, ou de suas obrigações de natureza familiar, religiosa e fisiológica. O programa possibilita o exercício do que Marcellino (2002) cunhou de “duplo aspecto educativo do lazer”, ou melhor, é possível nos educar pelo lazer e para o lazer.

Cabe, ainda, ressaltar o potencial organizativo proporcionado pelo encontro fraterno e criativo de pessoas em seus momentos de lazer. A busca de soluções locais a partir dos problemas identificados como limitadores para o pleno exercício do direito ao lazer de qualidade das comunidades é entendido como estratégica no **Programa Escola Aberta**.

Referências bibliográficas

1. ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental** – Novas Articulações entre Meio Ambiente e Democracia. In Série Sindicalismo e Justiça Ambiental, Volume III – Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente: o Debate Internacional, editada em cooperação pelo Projeto Meio Ambiente e Democracia do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ, com apoio da Central Única do Trabalhadores do Rio de Janeiro – CUT/RJ, através de sua Comissão de Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2.000.
2. Organização das Nações Unidas. Assembléia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948
3. DEMO, Pedro. Pobreza política. Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Ed. Autores Associados. 1996.
4. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PRODOC – Escola Aberta: educação, cultura , esporte e trabalho para a juventude. 2004. 41 p.
5. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

6. BRÜGGER, Paula. Educação ou adestramento ambiental? 2ª ed., revista e ampliada. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
7. ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. Petrópolis: Vozes, 1973.
8. MOCHCOVITCH, Luna Galano. Gramsci e a escola. São Paulo: Ática, 1988.
9. LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyla, 1985.
10. LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K. e DANTAS, H. Piaget, Vygotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 14ª ed. São Paulo: Summus, 1992.
11. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Diversidade na educação: reflexões e experiências/ Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros. Brasília: Semtec, 2003.
12. SNYDERS, Georges. A alegria na escola, São Paulo: Manole, 1988.
13. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
14. VIGOTSKY, L. e LEONTIEV. A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Trad. De Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone/Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
15. RIBEIRO, Marlene - Exclusão: problematização do conceito. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, nº 1, p35-49, jan/jun, 1999.
16. SILVA, Josué Pereira. A crise da sociedade do trabalho. In Lua Nova, nº 35 – 1995. p. 17. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
17. Marcellino, Nelson Carvalho (2002). Estudos do lazer: uma introdução. 3ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados (Coleção Educação Física e Esportes)

Esta obra foi composta em *Stone Sans* e *ITC
Officina Sans* e impressa pela *Gráfica RR
Donnelley* em off-set sobre papel *Reciclato
90g/m²* da *Suzano Bahia Sul* em maio de
2007 para o MINISTÉRIO DAS EDUCAÇÃO.